

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA NAS LUTAS SOCIAIS

Eliomar Araújo de Sousa¹
José Rafael Barros de Moraes²
Geysse Gadelha Rocha³
Iana Jessica Ximenes Paiva⁴
Daniele Kelly Lima de Oliveira⁵

RESUMO

Nesse artigo apresentamos a história do movimento estudantil a partir do conhecido Maio de 1968, na França, passando por uma análise desse movimento no Brasil, durante o período ditadura militar, destacando a relevância das organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Tem como objetivo compreender suas formas de atuação, lutas, e organização como uma práxis pedagógica, na tentativa de contribuir com a formação dos educadores, especialmente com a formação política e histórica dos centros acadêmicos. A metodologia aplicada a esse trabalho foi à pesquisa teórico bibliográfica e os debates realizados junto aos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador e do grupo de estudos Lutas Universitárias, trabalho e educação (GELUTE), e no Projeto de Pesquisa Movimento Estudantil: gênese e desdobramento dos movimentos sociais. Temos como base teórica para nossas análises os pressupostos da filosofia marxiana, portanto uma concepção dialética da história. Quando passamos a estudar o movimento estudantil buscamos inicialmente trazer o seu surgimento e formas de atuação, na tentativa também de demonstrar como o acesso ao conteúdo dessa temática ainda é pouco debatido na formação de educadores, Optamos também por esse recorte da história tendo em vista a atual conjuntura que estamos vivenciando, na qual querem apagar da história e retirar dos livros didáticos o que de fato foi a ditadura militar.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, UNE, Formação de educadores, Ditadura Militar.

¹ Pós-Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim -UNIQ. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador/UVA, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE)/UVA. Pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) /CNPQ. E-mail: elio2015@hotmail.com ;

² Graduado Pós-Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim-UNIQ. Graduado em Letras/Inglês pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador/UVA, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE)/UVA. Pesquisador do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) /CNPQ. E-mail: rafabarros.letras@gmail.com;

³ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador/UVA, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE)/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) /CNPQ. E-mail: geyssegadelhar@gmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR)/CNPQ. ianajessica42@gmail.com

⁵ Professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador (UVA), e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE/UVA). Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR)/CNPQ. E-mail: dankel28@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O movimento estudantil surgiu como protagonista em grandes mobilizações sociais em lugares como, Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Um marco da participação de estudantes em movimentos sociais ficou conhecido como o Maio Francês de 1968, momento no qual se vivia no contexto histórico de Guerra Fria (HOBSBAWN, 1995), e diferentes países uniram-se em campanhas e lutas contra a intervenção norte-americana no Vietnã. O movimento de Maio de 1968 ganhou este nome, pois nesse período viu-se a entrada dos estudantes em cena, expressando maior radicalidade. Na França uniram-se com as lutas dos trabalhadores, gerando uma greve geral que paralisou o país. A luta e organização do movimento estudantil têm como raízes a luta dos trabalhadores e movimentos sociais mais amplos. Continuando, em vários momentos, vinculados à luta dos trabalhadores.

Nesse artigo apresentamos a história do movimento estudantil, a partir do conhecido Maio de 1968, na França, passando por uma análise desse movimento no Brasil, durante o período ditadura militar, destacando a relevância das organizações estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Nossa intenção foi demonstrar a importância do movimento estudantil para a formação humana e como tal organização contribuiu com as lutas sociais.

Refletindo acerca desse tema, e tendo participado de movimentos estudantis, desde a entrada na universidade, fomos instigados a pesquisar como se deu a história de luta dos movimentos estudantis e como esse assunto poderia contribuir para a formação dos estudantes do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, pois quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo.

O presente trabalho consiste num estudo da história do movimento estudantil e tem como objetivo compreender suas formas de atuação, lutas, e de organização como um ato pedagógico, na tentativa de contribuir com a formação dos educadores, especialmente com a formação política e histórica dos centros acadêmicos.

Este trabalho também é resultado dos estudos realizados nos grupos de estudos Gramsci e a Formação do Educador, Grupo de estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE), e no Projeto de Pesquisa Movimento Estudantil: gênese e desdobramento dos movimentos sociais, todos abrigados no Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade

(GPEEMPODERAR)/CNPQ, sediado na Universidade Estadual Vale do Acaraú- (UVA) e coordenados pela professora Dra. Daniele Kelly.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada a esse trabalho foi à pesquisa bibliográfica e os debates realizados junto aos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador e do grupo de estudos Lutas Universitárias, trabalho e educação – GELUTE, e no Projeto de Pesquisa Movimento Estudantil: gênese e desdobramento dos movimentos sociais. Temos como base teórica para nossas análises os pressupostos da filosofia marxiana, portanto uma concepção dialética da história.

No que concerne à história dos movimentos sociais contamos com os estudos de Montañó e Duriguetto (2011). Com relação à história do movimento estudantil contamos com Codato (2004); Montañó e Duriguetto (2011); Medeiros e Castanho (2014); Piolli; Pereira, Mesko (2016); Antunes e Braga (2014), Secco; Sardi e Morais (2016). Em nossas análises em todo o correr do texto contamos com os pressupostos marxianos e gramscianos, acerca da importância da organização de classe no que se refere às lutas sociais.

DESENVOLVIMENTO

Um marco de intensificação da participação do movimento estudantil nas lutas sociais, no século XX, ficou conhecido como o Maio Francês de 1968. Durante os meses de maio a junho desse ano, as manifestações foram marcadas por ações, batalhas campais, nas quais trabalhadores e estudantes lutaram lado a lado, e em muitas situações eram os estudantes que compunham a linha de frente no setor automobilístico, têxtil, de combustíveis, minerais, gás, eletricidade e água.

Com o surgimento do movimento estudantil abriram-se as portas para o aparecimento de novos movimentos, que fizeram surgir novas bandeiras de luta tais como o movimento feminista e o movimento negro, entre outros.

O Movimento estudantil, que se desenvolveu na França, em 1968, ganhou várias visões acerca de suas origens e de seu potencial político. Montañó e Duriguetto (2011) informam que por exemplo para alguns pensadores o Maio de 1968 expressou as lutas e as revoltas estudantis contra o papel que a universidade passou a ter no contexto da divisão social e técnica do trabalho.

Em um cenário pós Segunda Guerra Mundial, com organização do trabalho vigente, que era o fordismo e com o crescimento da economia, surgiu a necessidade de uma mão de obra qualificada, isso fez com que uma fração da classe trabalhadora e da classe média buscasse concluir o ensino médio e entrar no ensino superior. O fordismo implicou na aceleração da imposição de um modelo de financiamento empresarial às universidades, o objetivo disso era formar mão de obra barata, e qualificada nas áreas de ciência, da tecnologia e da produção, assim como afirma Mendel (1982) em sua obra que:

Objetiva o fomento e a indução de uma massa de trabalhadores assalariados intelectualmente qualificados para a produção de mercadorias, produzindo o que Mendel chamou de “proletarização do trabalho intelectual”, ou seja, “a produção de assalariados intelectualmente qualificados para a produção e circulação de mercadorias (MENDEL 1982 *apud* MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 183).

O Maio de 1968 ficou conhecido também como “revolução cultural”, isso por que eles desejavam romper com a ordem social burguesa e seus hábitos enraizados na sociedade de consumo. Também tivemos a “Época de Ouro” que foi uma das raízes das revoltas dos estudantes, assim como o processo de industrialização que marcou o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a crise na família nuclear burguesa, crescimento e ingresso massivo dos jovens no ensino superior, que acabou concentrando a juventude nos campi universitários possibilitando o desenvolvimento de novas relações e ações coletivas.

Essa “revolução cultural”, como informa Hobsbawn (1995), se dava pela informalidade dos estilos de vida tais como o de vestimentas, músicas, linguagem que estavam ligadas desde o modo de falar, como as gírias, palavrões e palavras de ordem, e no uso de drogas e da livre prática de orientação sexual. Isso tudo acarretou na contribuição dos famosos cartazes de Paris de 1968. “É proibido proibir”. Esse movimento defendia a autonomia da subjetividade e das escolhas de vida pessoais.

O ano de 1968 foi também emblemático para as resistências no Brasil. O ano inicia-se com as lutas dos secundaristas e de estudantes do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, as reivindicações eram a exigência de mais vagas nas universidades e melhorias no restaurante.

Com o movimento ganhando força, o restaurante acabou sendo invadido pelas tropas militares que assassinaram o secundarista Edson Luís. A morte do estudante marcava um novo começo de manifestações que reuniu no dia 26 de junho de 1968, estudantes, artistas, intelectuais e ativistas políticos. Ocuparam as ruas do Rio de Janeiro na maior mobilização popular contra a ditadura militar, que ficou conhecida como a passeata dos Cem Mil. O evento tinha como reivindicações principais a luta contra os atos de repressão contra os

estudantes, o fim da ditadura e a redemocratização do país, este evento foi dedicado à memória do estudante Edson Luís.

O surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1937, conseguiu gerar uma forte de unificação nas pautas de reivindicações dos estudantes, ampliando as lutas, que antes aconteciam, mas de forma isolada e descontínua. O reconhecimento da UNE, como entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros, unificou as lutas estudantis e os deixou mais expressivos e articulados em nível nacional.

A atuação da UNE, desde sua criação até a década de 1950, definiu a participação estudantil em grandes lutas no cenário político nacional, tais como, as mobilizações contra o Estado Novo.

A partir da década de 1960, as lutas estudantis passaram a ser em torno da questão de instituições de ensino superior públicas, gratuitas e de qualidade, mas de acordo com a afirmação de Montañó e Duriguetto (2011) o objetivo era outro dentro do sistema, denunciar a intervenção dos Estados Unidos na política educacional brasileira, especialmente materializada no acordo MEC-USAID.

As ditaduras militares foram o resultado de acontecimentos em nível nacional, que expressavam a crise dentro do capitalismo. Em segundo lugar, foram ações tomadas pelo imperialismo e a hegemonia do grande capital, como forma de inibir as lutas sociais.

Nos regimes ditatorial-militares, as Forças Armadas assumem o papel dominante porque controlam os “postos de comando essenciais” e os “centros de poder real” do sistema institucional dos aparelhos do Estado” Isso implica em investigar as lutas internas em torno de projetos políticos específicos que se desenvolvem no próprio seio do aparelho militar (CODATO, 2004, p.13).

A América Latina foi invadida pelas ditaduras militares orientados pela Doutrina de Seguro Nacional, que tinha como objetivo combater a “subversão” e parar com as revoltas sociais criado no cone Sul latino-americano, que ficou conhecido como operação Condor, era um tipo de aliança político-militar entre os regimes militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, e Uruguai. Esse regime foi vigente durante os anos 1970, até a redemocratização em meados dos anos 1980 (Montañó; Duriguetto, 2011).

Para melhor compreendermos esse movimento na história, observemos a seguir um levantamento de todas as ditaduras militares que ocorrerem no mundo:

Na República Dominicana, com Leónidas Trujillo (1931-1961); no Paraguai, com Alfredo Stroessner (1954-1989); no Haiti (1957-1985), com François Duvalier (ou Papa Doc) (1957p-1971) e sua guarda pessoal “Tontons Macoutes”, sucedido pelo filho Jean-Claude Duvalier (ou Baby

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

Doc) (1971-1985); no Brasil (1964-1985), mediante a golpe militar contra João Goulart, com Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa Silva (1967-1969), que promulgou o Ato Institucional nº 5 (A-I5) em 1968, seguido por uma Junta Militar (1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel(1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985); [...] (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 257).

“Entre 1956 e 1964, o movimento estudantil no Brasil, atingiu nível de atuação e de influência política acentuado, sobretudo no primeiro quinquênio dos anos 60.” (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p. 180).

Criada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) cresceu em um grau de representatividade e programação, material, propostas e manifestações em seus congressos e se preocupava com uma variação de problemas que eram principalmente relacionados com os povos oprimidos da Ásia, África e América Latina. Também se preocupava com as atividades políticas-sociais e a luta por mais vagas e mais verbas para a educação.

Com o movimento ganhando força os estudantes apoiaram a posse de João Goulart, e em seguida a volta ao presidencialismo. Um pouco mais tarde também apoiaram as reformas de base, isso fez com que aos poucos o movimento mostrasse a sua inquietude com as propostas reformistas.

No cenário de crise econômica que ganhava expansão na economia com Juscelino Kubitschek, os estudantes estavam presentes em âmbito nacional. De acordo com Martins (1980) a UNE tinha uma participação ativa na produção e difusão cultural.

O movimento estudantil era cercado por disputas políticas, o que demonstra um pouco sobre os sujeitos que atuavam na época.

Disputavam a hegemonia do movimento, e da UNE, por conseguinte, o PCB, PC do B (depois de 1962), a Política Operária (POLOP), Organização Revolucionária Política Operária (ORMPO), a Juventude Operária Católica (JUC) e, depois (1963) a Ação Popular (AP), que se expressavam com propostas específicas. A dominância, no seio do Movimento Estudantil - ME (doravante ME) era reformista. A chamada “esquerda festiva” ocupava muito espaço de participação na UNE (MEDEIROS; CASTANHO, 2014, p. 81).

Em 13 de março de 1964, no caminho das “reformas de base”, a UNE usou seu poder de voz e articulação para se pronunciar e defender as alterações preconizadas que queriam tirar o país da estagnação. O movimento estudantil foi uma das principais frentes de resistência contra a ditadura militar.

Em 31 de março de 1964, se instaurava o Golpe Militar no Brasil, com isso iniciava um período de repressões políticas e perseguições para com a “esquerda”. Em um movimento

de desarticulação do movimento, a UNE foi posta na clandestinidade e sua sede foi incendiada. As perseguições com a UNE se davam muito antes do período da ditadura militar.

Desde antes do golpe, os grupos de direita já promoviam campanha contra a UNE. Em 1962, por exemplo, o Jornal do Brasil publicara uma série de reportagens sob o título “UNE, Menina dos olhos do PC”, e em 1963 o IPES9 financiou o livro “UNE Instrumento de subversão” (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p.181).

A UNE passou a atuar com muitas dificuldades, pois se tornou o canal de lutas de diversos grupos que eram contra o regime militar, e principalmente pelas opressões políticas e o momento de crise das esquerdas. A UNE passou a ser responsável por organizar algumas manifestações, já que ela estava sendo o único canal de participação da esquerda, uma dessas manifestações foi a setembrada, de 1966, na qual a UNE ficou a frente.

A classe média teve importante papel na implementação da ditadura militar, pois a apoiou em primeiro momento e recebeu um prêmio por isso, o aumento intenso das vagas no ensino superior. Entretanto, num segundo período essas expansões foram retiradas, isso impulsionou as mobilizações e fez surgir duas grandes reivindicações: mais verbas e mais vagas. Além disso, ainda tinham as preocupações com o acordo “MEC- USAID” que também fez emergir inúmeras greves.

Ainda nesse mesmo período, o Ato Institucional nº 5, AI-5/477, foi um momento marcado por perseguições e desaparecimentos, o movimento estudantil tentava segurar suas entidades e essas poucas entidades foram caindo nas mãos da direita – estudantes de direita que apoiavam a ditadura militar. Apesar desse cenário, ainda havia resistência mesmo com muitas dificuldades.

Esse ato de resistência contrariava as normas do sistema vigente, e fez com que ocorressem eleições diretas para vários diretórios centrais dos estudantes (DCE’s), no ano de 1974. No ano seguinte com grandes dificuldades conseguiram realizar o I Encontro Nacional de Estudantes (I ENE) o que culminou criação do DCE Livres da USP (1975), que impulsionou outros DCE’s e Diretórios acadêmicos – DAs, gerando sucessivas greves nas universidades por melhores condições e redução das mensalidades.

Em 1977, ocorreu a greve da PUC/RIO, contra o aumento de anuidades (29 de março), surgiu a passeata, em SP, por mais verbas e melhores condições de ensino (30 de março), ocorreram novas passeatas, em SP, contra a prisão de estudantes e trabalhadores, greve geral dos estudantes da UNB, em protesto contra punição de colegas que, em 31 de maio, participaram do “Dia Nacional de Luta pela Anistia”; tentativa de realização do III ENE, em Belo Horizonte, quando foram presos 800 estudantes (4 de junho), greve na UNB (16 de junho), novas passeatas em São Paulo (15 de junho), greve na

USP em solidariedade aos estudantes expulsos da UNB (em 3 de agosto); passeatas em São Paulo, Porto Alegre, Campinas e Salvador, em 23 de agosto, por liberdades democráticas, realização do III ENE, clandestinamente, na PUC/SP, em 22 de setembro, quando foi criada a comissão pró-reconstrução da UNE. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p. 185).

O ano de 1978, foi marcado por grandes passeatas e homenagens ao estudante Edson Luis Viana Sauto (assassinado em 28 de março de 1968), e a Alexandre Vanucchi Leme (assassinado pela polícia). Esses eventos reuniram grandes personalidades artísticas e simpatizantes, e também estava em pauta a realização do IV ENE, que definiu a realização do XXXI Congresso da UNE, para o ano seguinte e o apoio eleitoral aos candidatos populares do MDB.

A sociedade brasileira começou a atravessar um novo processo de “emergência” de vários setores: os trabalhadores, sob imensas dificuldades, rompendo obstáculos, voltaram a criar comissões de fábrica, 23 comitês de empresas, oposições sindicais e, em continuidade, fundos de greve, num processo que iria explodir nas greves de 1978 e 1979, na manutenção de fundo de greve e na criação de centrais sindicais, depois. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p. 185)

Todos esses movimentos e manifestações fizeram com que a inquietação se reinstaurasse, já que o movimento estudantil estava retomando a sua movimentação e articulação no processo de defesa da universidade, e nesse momento as lutas contavam com professores. As pautas de reivindicações giravam em torno não só do ajuste salarial, mas principalmente das questões dos currículos e das decisões departamentais do conjunto das reflexões sobre o ato de ensinar, o papel da universidade e o destino na ciência.

A retomada do movimento veio com a mediação entre expectativas individuais e propostas políticas: ao lado da luta por mais verbas para a educação, melhor nível de ensino, liberdade curricular etc., que importam em possibilitar melhor cumprimento de expectativa de ascensão social, o movimento reivindicava a “redemocratização” do país, a anistia, o fim das leis de exceção, convocação de uma assembleia nacional constituinte, etc. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p.186).

Em 29 e 30 de maio de 1979, a UNE foi reconstruída, apesar dos ataques para desarticular o movimento estudantil, aconteceu o XXXI Congresso da UNE em Salvador, Bahia e contou com a participação de 2.304 delegados estudantis de todos os Estados do Brasil. A UNE era composta por várias correntes e no XXXI congresso da UNE expuseram suas ideias e reivindicações.

A Liberdade e Luta (LIBELU) entendia que a UNE seria “junto às lutas do estudante, o nosso maior instrumento de combate contra a ditadura militar”²⁸ e propunha a aliança estudantil-operária-camponesa para mudar o país. Já a tendência Viração (Caminhando) advogava que a UNE encaminhasse “as lutas mais gerais, como a defesa da Amazônia, a anistia ampla, geral e irrestrita e [...] lutar por um governo amplamente democrático, que convoque uma assembleia nacional constituinte soberana e livremente eleita”. “Sangue Novo” defendia a unificação do ME em torno de bandeiras gerais e que a UNE deveria atuar como reforço “na luta pela liberdade do movimento do povo brasileiro”. A alternativa socialista para o ME era proposta pelo movimento “Combate”, que via a UNE como reflexo do avanço das lutas dos trabalhadores e da necessidade de uma unificação nacional das lutas estudantis. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p.186).

No XXXI Congresso da UNE foi aprovada uma carta de princípios que nos mostra na íntegra as formas de atuação da UNE.

1) A UNE é uma entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros na defesa de seus interesses e direitos; 2) A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes; 3) a UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes, sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa ou social; 4) a UNE deve prestar solidariedade à luta de todos os estudantes e entidades estudantis do mundo; 5) a UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular; 6) A UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira, de forma gratuita em todos os níveis; 7) A UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p.187).

Neste mesmo congresso foram tiradas as principais e imediatas lutas que os mesmos autores nos trazem:

1. Contra o ensino pago; 2. Por mais verbas para a educação; 3. Pela anistia, ampla, geral e irrestrita; 4. Pela filiação de entidade de base (diretórios e centros acadêmicos) à UNE; 5. Por uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; 6. Pela defesa da Amazônia. (MEDEIROS; CASTANHO, 2014. p. 187).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do exposto podemos perceber a atuação do movimento estudantil durante a ditadura militar. Foi um período marcado por perseguições, avanços e retrocessos na luta por uma universidade melhor, pela queda do regime militar e por eleições diretas. Ressaltamos que nesse cenário o risco que os estudantes sofriam era de repressões, mortes e mesmo assim os estudantes continuavam na luta.

Constatamos que o movimento estudantil em diferentes momentos acaba, pois por ser praticamente a única forma de locomoção para a atuação e luta por uma sociedade melhor, fazendo desde um movimento que precisa ser cada vez mais estudado para que seja demonstrado o papel que este ocupa na história.

Notamos ainda que as pesquisas referente ao movimento estudantil ainda precisam ser mais aprofundadas, estudos a respeito das atuais lutas, pois notamos que assim como o texto acima que o marco de atuação do movimento estudantil no que tange o Maio de 1968 e a ditadura militar, precisamos ainda nos aprofundar nessa temática para cada vez mais colaborar para a formação dos atuais militantes do movimento estudantil (centros acadêmicos CAs, diretórios acadêmicos – DCEs e estudantes independentes), também no que concerne a formação dos futuros professores para conseguirmos colaborar principalmente com o processo de transformação dessa sociedade visando um processo de emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando passamos a estudar o movimento estudantil buscamos inicialmente trazer o seu surgimento e formas de atuação, na tentativa também de demonstrar como o acesso ao conteúdo dessa temática ainda é pouco debatido na formação de educadores. Optamos por trazer o movimento estudantil durante a ditadura militar no Brasil (1964 -1985), e entendemos que foi um período marcado por perseguições, formas de desarticulações e resistência, tendo como expressão a União Nacional dos Estudantes (UNE), que em dado momento foi vista como principal meio de luta.

Optamos também por esse recorte da história tendo em vista a atual conjuntura que estamos vivenciando, na qual querem apagar da história e retirar dos livros didáticos o que de fato foi a ditadura militar.

REFERÊNCIAS

CODATO, Adriano Nervo. **O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**. 2004.

HOBBSAWN, Eric J., 1917 – **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

MARTINS, Carlos Estevam. **“História do CPC” “Arte em Revista”**, São Paulo: Kairós Livraria, n. 3, p. 77-87, mar. 1980.

MEDEIROS, Ruy H. D. A.; CASTANHO, Sérgio E. M. **Trajetória do movimento estudantil e expectativas sociais dos estudantes brasileiros: 1960-1980.** Revista HISTEDBR On-Line, v. 14, n. 55, p. 180-194, 2014.

MONTANO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais.** 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.